

Educação, ensino e vestibular

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO

O GLOBO de 12 de janeiro publicou duas matérias sobre educação. O artigo do professor Niskier, fazendo um balanço sobre a atuação do ministro, conterrâneo do presidente, que acaba de findar o mandato. Bem colocadas as suas observações. Poderia, ainda, juntar: editou sete medidas provisórias, repetindo sem a menor criatividade, para vergonha de sua assessoria jurídica, todas, uma atrás da outra, declaradas inconstitucionais pelo Supremo.

Caradurismo, mas não só isso: medidas tumultuantes, geradoras ou estimuladoras de atmosfera de luta e atrito entre pais e mestres, que é começo do fim da educação. Pobre Governo que, em vez de paz, promove a intranquilidade e desconfiança recíprocas.

Mas é outra matéria — o “novo” vestibular — idéia do novo ministro, que assusta e deixa perplexo. Será o vestibular o grande responsável pela geração de desigualdade, injustiça e a dita elitização do acesso ao ensino superior? Ou ele é apenas o sinal — o que deixa ver que o rei está nu — de que o ensino público, com raras e honrosas exceções (que, aliás, mostram como a coisa é possível, se hou-

vesse seriedade) do Colégio Aplicação, Pedro II e Militar, realmente não está ensinando? Qual a solução? Tapear isso ou começar a ensinar?

Na solução imaginada prevalece a idéia melancólica de que o saber não importa ou não é condição para o título. Ela conduz ao regime do “faz-de-conta”, isto é, da mentira como critério para igualar. Tem o mesmo ressoar que a chamada promoção automática ou a supressão, por simples mecanismo de secretaria, sem conteúdo, da repetência. E bom que não haja repetência, se isso é conseguido com o aprendizado suficiente. Se não, transforma-se no mais perverso elitismo: o aluno da classe A crescerá na aquisição do saber e se distanciará cada vez mais do seu “colega” da classe F, que ficará cada vez mais para trás. É o médico da classe A como estará, no conceito público, em relação ao seu colega da classe F? Essa elitização vai doer muito mais.

Não há caminho honesto e proveitoso que dispense o saber. Não envidemos o mau montador, chamando-o de peão, para não levá-lo a cair do cavalo. O vestibular não é o grande mal. Aliás os seus resultados, apesar de tudo, confirmam as expectativas baseadas no desempenho no Segundo Grau. Não vale a comparação com outros países. Nos Estados Unidos, não há vestibular, mas vá

candidatar-se a Harvard! Harvard **examina** seu candidato e recebe o que acha melhor. No Brasil, esse tipo de escolha acabaria em mandato de segurança. Não morreram duas pessoas e se feriram quatro ou cinco, porque um juiz concedeu liminar para funcionamento do teleférico, que o técnico verificara inseguro? A liminar é no Brasil um instrumento perturbador. Por enquanto, o vestibular é necessário. Será um mal necessário, mas assim mesmo necessário.

De resto, as substituições imaginadas — exame de Estado ou provas no decorrer do Segundo Grau — terão no mínimo os mesmos riscos, maior custo, e maiores oportunidades de fraude. E a introdução de três vestibulares será multiplicar o erro, reduzindo o Segundo Grau a mero preparador de provas, o que significa destruição do objetivo cultural e da formação humana, cada vez mais a cargo do ensino fundamental e médio. No caso, não é com o veneno que se cura o envenenado.

Em tudo isso, aparece sempre esse pouco-caso com o aprendizado e o conteúdo. Saber não importa, importa é ser doutor. Eça já via isso no Brasil, há cem anos.

Ao lado disso, o novo Governo, que surge reavivando esperanças adormecidas, criou, ao lado do Ministério de Educação e Desportos, um Ministério Extraordinário do Es-

porte, nele colocando um notável jogador de futebol. Ministério e ministro discutíveis. Se da guerra, Clemeceau disse, certa vez, que é coisa séria demais para ficar só nas mãos dos generais, o esporte, mesmo tendo apenas uma seriedade relativa, não poderá ficar a cargo do especialista, sobretudo de um especialista profissional (o esporte mais nobre é o amadorismo). Deveria ficar a cargo do ministro da Educação, na qual se enquadra. A idéia se confirma com a primeira entrevista de Pelé: iria promover a criação de Cieps para tirar crianças da rua e interessá-las pelo esporte. Educação não é brincadeira ou, ao menos, não pode ser reduzida a ela (que é a idéia dos Cieps — que o ministro já condena), mas trabalho e formação. Aprender a ler e a escrever é mais necessário e urgente que ser bom de bola. Tirar o menino de rua, como propõe o ministro extraordinário, para ocupá-lo com esporte nos Cieps é pensar que educação é passatempo.

Nem o acesso à escola superior sem preparo básico para seguir-la com proveito, nem reduzir a escola a uma ociosidade divertida. A grande alegria é uma conquista. E a grande alegria de ser livre é uma conquista da criatura humana pela educação.

Dom Lourenço de Almeida Prado é reitor do Colégio São Bento.